

A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros método+lógicos

Performance autoethnography and qualitative research in Collective Health: methodological (mis)encounters

Autoetnografía performativa e investigación cualitativa en la Salud Colectiva: (des)encuentros método+lógicos

Gustavo Antonio Raimondi ¹

Claudio Moreira ²

Aline Veras Brillhante ³

Nelson Filice de Barros ⁴

doi: 10.1590/0102-311X00095320

Resumo

A autoetnografia performática é uma metodologia de pesquisa qualitativa que busca problematizar as resistências entre o “eu” (auto) e o coletivo (etno) no ato de escrever (grafia). Assim, o objetivo deste artigo é discutir a construção teórico-prática da autoetnografia performática e sua aplicabilidade como método de pesquisa e análise qualitativa no campo da Saúde Coletiva por meio, inclusive, de uma escrita autoetnográfica performática. A partir da problematização das bases epistêmicas e ontológicas da autoetnografia performática, apontando possibilidades para o seu desenvolvimento e inclusão nos estudos do campo da Saúde Coletiva, apresenta-se a autoetnografia performática como uma estratégia para ampliar as possibilidades de justiça social, de democratização e de pluralismos nas/das práticas de pesquisa. Orientada pela episteme pós-colonial, que explora abordagens descolonizadoras que provocam e criam condições para a transformação do próprio olhar acadêmico e do conhecimento que privilegia certas representações do “outro”, a autoetnografia performática problematiza principalmente como as histórias subalternizadas e marginalizadas se relacionam com os sistemas considerados hegemônicos.

Pesquisa Qualitativa; Cultura; Etnografia

Correspondência

G. A. Raimondi

Av. Cesário Alvim 478, apto. 2002, bloco B, Uberlândia, MG 38400-098, Brasil.

gustavo.raimondi@gmail.com

¹ Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.

² University of Massachusetts, Amherst, U.S.A.

³ Centro de Ciências da Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil.

⁴ Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.



“A escrita cria o mundo que nós habitamos. Eu tenho esperança de criar espaços para uma política cultural radical que imagina uma ordem mais humana e pluralista”¹ (p. ix).

O campo das Ciências Sociais e Humanas tem apresentado reflexões densas sobre o posicionamento do(a) pesquisador(a) e suas performances na pesquisa qualitativa^{1,2}. Um dos métodos ainda pouco explorados na literatura e nas estruturas curriculares do campo da Saúde Coletiva é o da autoetnografia¹. Sendo a etnografia o projeto da escrita sobre uma cultura, Lionnet³ sugere que a autoetnografia é a problematização das resistências entre o “eu” (auto) e o coletivo (etno) no ato de escrever (grafia). Considerando os pressupostos dos estudos de performance, que compreendem o corpo e suas performances como um local privilegiado para a produção de conhecimento^{1,4}, a autoetnografia performática, um dos tipos possíveis de autoetnografia^{1,2}, apresenta-se como uma estratégia “método+lógica” que promove a quebra de silêncios individuais-coletivos relacionados a sistemas de relações e produção de conhecimento hegemônicos⁵, eurocêtricos, brancos, patriarcais, machistas e cis-heterossexistas.

Ademais, Denzin¹ sugere que a autoetnografia performática é uma escrita que pede a crítica ao nível mais básico das relações, visando às estruturas opressivas em nossas vidas diárias. Interrogando-se, “a(o) autoetnógrafa(o) entra em situações estranhas e familiares que se conectam a experiências biográficas críticas com a cultura, a história e a estrutura social”² (p. 34). Como afirma Holman Jones⁴, move-se do pessoal para o político, promovendo o não apagamento das memórias e experiências que performaram sentidos e significados com aquilo que foi e é observado. Madison & Hamera⁶ produziram uma revolução nos estudos da performance, ao incorporar as ações de *mimesis* (imitação), *poesis* (criação) e *kinesis* (dinamismo) de Conquergood⁷ e, com isso, expandiram a ideia de performance como imitação⁸ e performance como construção⁹ para o conceito de performance como dinamismo, movimento, ativismo e intervenção na cultura. Conquergood utilizou o conceito de performatividade de Homi Bhabha no alicerce do seu projeto de desenvolver a “ação que incessantemente insinua, interrompe, interroga e antagoniza discursos hegemônicos dominantes”⁷ (p. 32). Em concordância com esse ponto, Schechner, no ensaio *O que são os Estudos da Performance?*, afirmou que vivemos em um mundo onde “culturas, textos e performances colidem”¹⁰ (p. 9). Para compreender essas colisões, precisamos diferenciar as posições do(a)-pesquisador(a)-e-o(a)-outro(a) para o(a) pesquisador(a)-é-como-o(a)-outro(a).

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar e problematizar as potencialidades da autoetnografia performática para a pesquisa qualitativa no campo da Saúde Coletiva. Dessa forma, começamos contextualizando os paradigmas e os momentos na e da pesquisa qualitativa. Em seguida, tratamos do diálogo entre/com a Saúde Coletiva e a autoetnografia, para, enfim, refletirmos sobre a autoetnografia performática como recurso metodológico na pesquisa qualitativa no campo da Saúde Coletiva.

Retomamos o questionamento de Holman Jones⁴, como explicar uma autoetnografia performática sem realizá-la? Por isso, o presente manuscrito tem uma estrutura que conecta e problematiza trechos de histórias pessoais das(os) autoras(es) com dimensões públicas e coletivas das “método+lógicas” da produção do conhecimento no campo da pesquisa qualitativa e Saúde Coletiva. Sendo assim, este texto foi redigido ora em primeira pessoa do singular, ora em primeira pessoa do plural, tanto com artigos no feminino quanto no masculino.

Além disso, o termo “método+lógico(a)” foi aqui utilizado como uma estratégia estética de explicar o fazer científico que (re)produzimos, não somente como um “estudo de métodos”, mas como uma problematização dos paradigmas de pesquisa que orientam a produção do conhecimento. Com isso, fazemos um exercício e convite a cada leitor(a) para interagir com esse texto e com esta proposta teórica-metodológica, que não é nova, mas é ainda inovadora na pesquisa qualitativa, para pensarmos juntas(os) estratégias de democratização da pesquisa e de mudanças do *status* de “objeto de pesquisa”, dos corpos historicamente excluídos da produção do conhecimento, para o de “produtor(a) da pesquisa”, atendendo à perspectiva de justiça social, compreendida como a promoção de mais dignidade para mais pessoas¹¹.

Paradigmas e momentos na e da pesquisa qualitativa

Para compreendermos a pesquisa qualitativa, faz-se necessário refletir primeiramente sobre os paradigmas que orientam nossas práticas e propostas. O termo paradigma pode ser compreendido como um “sistema de crenças” ou “visões de mundo” que norteiam o(a) pesquisador(a) e o processo de pesquisa, não somente em relação aos métodos de pesquisa escolhidos, mas, também, nos seus fundamentos ontológicos e epistemológicos ¹². Guba & Lincoln ¹² propõem, de forma didática, quatro paradigmas na pesquisa qualitativa: positivismo, pós-positivismo, construtivismo e teoria crítica (Quadro 1).

Atravessando e sendo atravessados pelos paradigmas acima descritos, há os momentos históricos da pesquisa qualitativa que influenciaram e influenciam, não apenas os autores deste artigo, mas toda a comunidade de pesquisadoras(es) que desenvolvem investigações com metodologia qualitativa no campo da Saúde Coletiva. Dentre os diferentes momentos históricos, ressaltamos aquele denominado “crise da representação”, pois nele se problematiza “o(a) pesquisador(a)” e o “sujeito pesquisado” no processo de investigação e no texto ¹³, considerando as múltiplas interseccionalidades ¹⁴ entre nacionalidade, raça, gênero, classe social, ciclo de vida e outros marcadores sociais. Há, a partir dessa problematização, um aprofundamento das reflexões sobre as redes epistemológicas e ontológicas que orientam nossas perguntas de pesquisa, nossas escolhas de métodos investigativos e nossos trabalhos interpretativos. Somos convidados a refletir sobre com o que estamos realmente comprometidos em nossas práticas científicas ¹³ e se o que temos feito e queremos fazer está comprometido com a justiça social, com a equidade, com a promoção da diversidade, com a não violência, com a cultura de paz, com os direitos humanos e com outros princípios que defendemos.

Quadro 1

Sumarização dos principais paradigmas na pesquisa.

ITEM	POSITIVISMO	PÓS-POSITIVISMO	TEORIA CRÍTICA	CONSTRUTIVISMO
Ontologia	Realismo “ingênuo” – a realidade é “real” e representável.	Realismo crítico – a realidade é “real”, mas imperfeitamente e probabilisticamente representada.	Realismo histórico – realidade virtual moldada por valores sociais, políticos, culturais, étnicos, econômicos e de gênero; cristalizados no tempo.	Relativismo – realidades locais especificamente construídas.
Epistemologia	Dualista, objetivista: os achados são verdadeiros.	Dualista “modificada”; objetivista; tradição crítica; os achados são provavelmente verdadeiros.	Transacional, subjetivista; os achados são mediados pelos valores.	Transacional, subjetivista; os achados são criados.
Metodologia	Experimental; manipulativa; verificação de hipóteses; preponderância de métodos quantitativos.	Experimental modificada, manipulativa; multiplismo crítico; falsificação de hipóteses; pode incluir métodos qualitativos.	Dialógica, dialética.	Hermenêutica, dialética.

Fonte: adaptado de Guba & Lincoln ¹².

Entretanto, tenho – eu-nós e talvez você – de considerar que o que aprendi e ainda, majoritariamente, aprendemos na academia hegemônica ¹ é pesquisar:

sobre o(a) outro(a),
falando pelo(a) outro(a),
“dando” (?), então, voz ao(a) outro(a),
utilizando recursos qualitativos para que de uma forma
rigorosa
objetiva
distante
neutra
descontextualizada
.
.
.
.
“científica”
possamos apresentar informações
“verdadeiras” (!)(?)
a um determinado campo ou área do conhecimento ¹⁵.

Como trilhos, e não como trilhas, aprendemos a seguir caminhos “seguros” para não deixar os vagões de nossas existências descarrilharem na trilha da vida acadêmica. Reproduzindo uma lógica iluminista, colonial, imperialista e majoritariamente pós-positivista ¹, assumindo um local neutro e distante, cegamo-nos para outras expressões, conhecimentos, ciências presentes no corpo, não somente da(os) outra(os), mas no meu encontro com a(o)(s) outra(o)(s) ¹⁶.

Cansei! Isso não me satisfaz mais...

A mim também!
A mim também!
A mim
...
TAMBÉM!!!

Saúde Coletiva e autoetnografia

O projeto de criação da Saúde Coletiva, na década de 1970, foi fortemente influenciado pela noção de justiça social veiculada pelo materialismo histórico, tendo seu início como movimento social para posteriormente ganhar visibilidade como matriz teórica na academia. Muitas(os) autoras(es) dessa corrente de pensamento assumiram posições ortodoxas do materialismo histórico dialético, mas ainda assim, ou talvez por isso, apontaram rupturas fundamentais em relação à estrutura, à cultura e ao poder nas sociedades ocidentais, as quais foram fundamentais, por exemplo, para a construção da noção de um sistema de saúde único, universal e controlado socialmente ^{17,18}.

Todavia, nas décadas posteriores à criação do campo da Saúde Coletiva, manteve-se certa fixidez teórico-conceitual ^{19,20}, sem observar as importantes contribuições dos Estudos Culturais, dos Estudos Pós-coloniais, da terceira geração de Estudos Feministas, da Teoria *Queer*, dos Estudos da Performance, dos Estudos Autoetnográficos e de outras releituras críticas do materialismo histórico. Essas matrizes teórico-metodológicas são algumas respostas à chamada “crise de representação” das Ciências Sociais.

Compreendemos que o campo da Saúde e, mesmo ainda, boa parte do campo da Saúde Coletiva orienta-se para um tipo de pesquisa que privilegia o diagnóstico, a intervenção e a prescrição ¹⁹, com produções orientadas predominantemente pelo paradigma pós-positivista. Os(as) pesquisadores(as) contam a história do(a) pesquisado(a), “sobre eles(as), sem eles(as)” ²¹, como se a interagência entre

pesquisador(a)-pesquisado(a) não fosse constitutiva da própria narrativa. Diante dessa problemática, a autoetnografia apresenta-se como um recurso metodológico e analítico nas investigações de experiências vividas nas intersecções do self nos coletivos, do eu nas culturas, do agente nas agências^{1,2}. A presença explícita do corpo do(a) pesquisador(a) no texto produzido “sobre eles(as), com eles(as)”, orientado por uma episteme pós-colonial²² e da performance⁷, traz à linha de frente da pesquisa os conhecimentos ou sabedorias subjugadas^{11,23,24,25,26,27}, bem como a perspectiva dos(as) subalternizados(as)²⁸, historicamente excluídos(as) da produção do conhecimento e de suas práticas culturais¹¹.

Ao situar a produção do conhecimento no próprio corpo e a partir dele, com suas intersecções de raça, etnicidade, gênero, sexualidade e outros marcadores, a autoetnografia enfatiza a experiência de um(a) e pode dar nome para experiências de muitos(as)^{11,26,27}. Como uma “escrevivência”²⁹, a autoetnografia, quando desenvolvida por corpos oprimidos expostos a diferentes ordens de opressão, também utiliza a experiência do(a) autor(a) para desafiar discursos dominantes e hegemônicos, a fim de promover a emancipação e expor fissuras e possibilidades de transformações das relações culturais, de trabalho e da pesquisa^{1,2,11}. Ao aceitar o convite de “erguer a voz”³⁰, a autoetnografia conecta nossas histórias com os contextos de opressão e exclusão que vivenciamos, mesmo após décadas de movimentos sociais e acadêmicos em defesa dos direitos civis, visto que “o silêncio não irá nos salvar, e que superar o medo de falar é um gesto necessário de resistência”³⁰ (p. 19).

A construção do saber das Ciências Sociais e Humanas é atravessada pela subjetividade da(o) pesquisador(a)³¹. Essa subjetividade pode integrar o texto a partir de uma perspectiva dialógica e polifônica, inclusive pelo reconhecimento das influências da experiência pessoal no processo de pesquisa. A autoetnografia reflete essa construção de saber por buscar descrever e analisar, por meio de uma produção escrita (grafia), as experiências pessoais (auto) inseridas nas relações de poder de uma determinada cultura (etno)³².

Assim, a autoetnografia combina detalhes de uma narrativa autobiográfica com a análise e interpretações culturais¹. Por isso, ela representa a convergência entre o “impulso autobiográfico” e o “momento etnográfico”^{5,32}, na qual a narrativa do(a) pesquisador(a) e do(a) participante da pesquisa se relacionam de uma forma intimista, podendo promover a visibilidade dos mecanismos de opressão conectados biográfica-política-socialmente. Dessa maneira, a escrita autoetnográfica configura um fenômeno particular e singular, que viabiliza o movimento do(a) pesquisador(a)-e-participante para o(a) pesquisador(a)-como-participante³³. Importante destacar que a autoetnografia “...procura revelar o conhecimento de dentro do fenômeno, demonstrando, assim, aspectos da vida cultural que não podem ser acessados na pesquisa convencional”³⁴ (p. 1339).

Mas... se as possibilidades que utilizo,

vivo,
performo,
estão relacionadas às possibilidades a que sou apresentado³⁵,
quantas possibilidades aprendi?
Quantas possibilidades não deixei de aprender?
Mas a quantas possibilidades minhas(meus) professoras(es) também tiveram acesso?
Estaria isso relacionado a um poder hegemônico
para controle
do que sabemos
e como sabemos,
exemplificando uma lógica de colonialidade do saber?
Sim!

Embora haja críticas sobre a confiabilidade, generalização e validação da autoetnografia¹, ela enfatiza a contextualização histórica³⁶ das produções, garantindo um caráter contingencial, circunstancial e autêntico à escrita¹. Por isso, o(a) autor(a), a sua localização e demais interseccionalidades¹⁴ do(a) autoetnógrafo(a) e dos(as) autoetnografados(as) passam a compor os “dados”, permitindo um olhar mais ampliado na construção dos *selves*³². Por meio da compreensão de nossos e dos demais lugares de fala³⁷, potencializamos a ruptura da voz única, cristalizada, fixa, segura, autorizada, dominante e hegemônica. Assim, somos convidados a ouvir os silêncios não mais emudecidos, mas eloquentes em reverberação com nossos corpos e historicidades, para, com isso, promover a justiça social.

Além disso, a autoetnografia pode gerar uma ressonância dita “empática” nas(os) leitoras(os), “validando”, assim, essa forma de escrita ^{1,32}, que contém um convite constante para o exercício de conviver, sentir, descrever e aprender ³⁸, bem como de afetar-se ³⁹. Pode, também, levar as(os) leitoras(os) a considerarem questões até então negligenciadas em suas próprias práticas sociais e na cultura em que estão inseridas(os), potencializando mudanças positivas em relação à justiça social ^{11,27,34}. Ou seja, a partir da instabilização de “lugares seguros” (poder hegemônico) e da visualização de “lugares escondidos”, marginalizados, esquecidos, podemos pensar as hierarquias, opressões, subjugações (re) produzidas ou não em nossas relações, em nossas performances ³⁷. Dessa forma, podemos, por meio dos princípios da justiça social, caros ao campo da Saúde Coletiva ^{17,18}, problematizar os poderes e os saberes, bem como os fatores de raça, gênero, orientação sexual, classe social, ciclo de vida, entre outros, que repercutem nas condições de vida e do cuidado em saúde das populações.

Pode-se compreender que a autoetnografia amplia o interesse teórico e crítico ao atribuir à escrita um valor político de visibilização de certas subjetividades na relação interativa entre cultura, sociedade, sujeito e subjetividade em que o *self* (“eu”) é construído ³². Sendo assim, a autoetnografia pode ser considerada como “*uma forma de saber que tem o potencial de examinar a justiça social, os sistemas de opressão e o neocolonialismo de nossos encontros com experiências vividas entre identidades e mundos*” ⁴⁰ (p. 39). Além disso, a autoetnografia pode ser uma estratégia de “*política democrática radical*” ⁴ (p. 763), a qual tem um comprometimento político explícito em promover espaços para o diálogo e o debate, instigando e fomentando mudanças sociais.

Diante disso, é importante reiterar que a autoetnografia não é uma prática solitária, mas relacional, visto que problematiza as representações da cultura ao localizar a experiência individual em diálogo, em tensão, em coalisão, com expressões de dominação, de poder hegemônico. Por isso, ela evoca a natureza corporal, sensorial e política da experiência, ao propor uma teoria e um método de pesquisa que conectam a política, a pedagogia e a ética em ação no mundo. Com esses elementos, postula o desafio do movimento e do ato de equilíbrio, não estático, ao longo do processo de reflexão e escrita, promovendo um pensar e repensar de nossas posições e compromissos ⁴. Ressalte-se que “*...a teorização é um processo contínuo, movido pelo movimento, que liga o concreto e o abstrato, o pensamento e a ação, a estética e a crítica naquilo que a estudiosa de estudos da performance, Della Pollock, descreve como ‘corpos vivos do pensamento’*” ⁴¹ (p. 229).

Para meu estranhamento (?), compreendo hoje, com tudo isso, que podem existir outras possibilidades para que o

meu “conhecimento subjugado” ⁴²
da localidade de minha existência,
de meu corpo,
de minha individualidade
em contato com a sociedade,
 com as fronteiras ²⁴
 de minhas corporalidades,
 com quem eu sou sob quais circunstâncias ²⁵,
 com os[as] outros[as]
em um fluxo performático eu-come-o(a)-outro(a) ³³,
marcado pelas tramas de minhas histórias
em interface com a cultura em minha volta,
possa ... existir!
Abandonando a garantia ²²
 da objetividade
 do distanciamento
 do formato tradicional
 das pesquisas
 da escrita
 dos textos
e adentrando a (performance) autoetnográfica ¹
 das próprias existências
 em contato com outras existências

com a minha existência
 de professor(a) de Saúde Coletiva em um curso médico
 de uma área marginalizada na formação médica
 sob a égide da validação
 prioritariamente do que é... biológico
 de oprimido e opressor ⁴³, pensar como
 as marcas da exclusão presentes em meu corpo
 dialogam com os Determinantes Sociais
 e como isso impacta no cuidado
 Produzindo uma certa escrevivência ²⁹
 Promovendo uma certa justiça social
 Por meio de uma prática mais inclusiva
 E que não silencia o corpo daquele(a) que escreve.

Saúde Coletiva, autoetnografia e estudos de performance

Ao compreender esse processo de pesquisa que parte do pessoal para o coletivo, cultural, político, e considerando que somos *homo-performers* (a todo o momento estamos performando nossas práticas, crenças, identidades, na relação junto aos[as] outros[as]), podemos observar a necessidade de irmos de um processo meramente informativo para performático, o qual enfatiza a ação, a agência e a transformação ⁷.

O conceito de performance neste texto pode ser resumido como o movimento multidirecional da mimesis para a *poesis* e para a *kinesis* ⁷, no interior da teoria crítica. Para Conquergood ⁷, a performance pode ser compreendida também como uma forma de contrabalançar o prestígio dado ao texto na academia. Esse texto muitas vezes retrata uma colonização da oralidade e escrita, tanto em aspectos ontológicos como epistemológicos, uma vez que há um privilégio pelo cânone norte euro-americano pós-positivista ^{22,23,26,35}. Por isso, torna-se importante refletir sobre como as pessoas são representadas, pois isso revela a forma com que são tratadas, bem como ampliar o foco nos textos para os contextos ^{33,35}.

Os estudos de performance buscam unir os saberes segregados e diferentemente valorados, reunindo modos de investigação legitimados e subjugados, bem como promovendo conexões entre um conhecimento prático (saber como), um conhecimento proposicional (saber disso) e um conhecimento político (saber quem, quando e onde) ¹⁶. Dessa maneira, reitera-se um engajamento ontológico e epistemológico entre criatividade, crítica e responsabilidade social ^{7,16,44}.

Segundo Holman Jones ⁴, os estudos de performance podem ser compreendidos como uma prática de investigação da cultura no corpo, implicando o(a) autor(a) e leitores(as) pela criação conjunta de uma experiência que traz tanto a teoria quanto a práxis de uma forma complexa, contraditória, ambivalente, polivalente e significativa. Assim, há oportunidades de “ensinar, empoderar e emancipar” ⁴ (p. 774) histórias, vozes, corpos, uma vez que há uma impossibilidade de separar nossas experiências dos contextos sociais, culturais e políticos em que elas foram-são criadas e negociadas.

Escritas performáticas trazem a dinâmica da performance (aquilo que já aconteceu) e da performatividade (aquilo que acontece agora) colapsadas em um mesmo momento, expondo e problematizando como as identidades e experiências são construídas, interpretadas e modificadas ^{1,4}. Isso pode promover uma explicitação da tensão entre o “feito” e o “fazendo” na coalisão do passado com o presente, revelando o “não feito” e o que “pode ser feito” ⁴⁵.

Nesse mesmo sentido, Alexander ³³ afirma que essa comunicação performática transcultural pode estabelecer um potencial emancipatório pelo seu engajamento empático em mover o(a) outro(a) e a si para a ação. Essa ação é direcionada para uma reforma social que conecta o entendimento teórico, a crítica social e uma pedagogia da esperança ^{33,46} e, portanto, a Saúde Coletiva. Por isso, é um método e uma prática de explicar, exemplificar, projetar, conhecer e compartilhar sentidos, sentimentos, sensações, percepções, conhecimentos. Dessa maneira, explicita-se uma negociação de fronteiras entre identidades, diferenças, distanciamentos e comprometimentos com a justiça social no próprio corpo, uma vez que esse é o primeiro local e o local emanente do saber ^{1,33}. Com essas ligações, promovem-se

“possibilidades de resistência, esperança e liberdade”⁴ (p. 784) na pesquisa e escrita, sendo o mundo, assim, “cheio de possibilidades perigosas e fantásticas”⁴⁵ (p. 243).

Escrever performativamente⁴⁷, como neste texto, é, portanto, uma escrita que evoca outros mundos considerados, muitas vezes, intangíveis, não localizados, como os mundos das memórias, dos prazeres, das sensações, das imaginações, das afetações e dos *insights*. Com a promoção de possibilidades, constrói-se uma co-performance entre a linguagem e a experiência, podendo-se utilizar da metonímia e da metáfora como recursos simbólicos para tornar presente aquilo que, ironicamente, “não” existe⁴⁷.

Além disso, a escrita performática pode ser considerada nervosa, não (?) apenas porque pode conter sentimentos de ira, angústia e ansiedade, ou mesmo a totalidade de meus e de nossos anseios. É nervosa não apenas na expiação proveniente de posições de injustiça, e não apenas por um sentimento de isolamento, que vem pelo fato de não, aparentemente, pertencer ou não caber na estrutura de ensino, pesquisa. Ela é nervosa porque também opera por “retransmissão sináptica”, puxando um momento para outro, constituindo o conhecimento como um processo contínuo de transmissão e encaminhamento, encontrando no jogo amplo da textualidade uma urgência que mantém o que liga o(a) viajante a seu curso, como uma carga elétrica para o seu condutor⁴⁷.

Dessa forma, a autoetnografia performática apresenta-se como uma estratégia teórico-analítica marcada por uma política cultural de críticas sustentadas que envolvem participantes comprometidos(as) politicamente com a pesquisa-ação, com a investigação dirigida à práxis, com as mudanças sociais e com um conjunto de práticas interpretativas que produzirão transformações democratizantes e radicais nas esferas pública e privada em um mundo capitalista. Assim, a autoetnografia performática traz e expõe os espaços, os significados, as contradições, as ambiguidades da cultura, de uma forma viva, buscando ideais de uma justiça social. Dessa maneira, exige a presença “autorreflexiva” do(a) pesquisador(a) nos processos de investigação contra as estruturas culturais e políticas repressivas¹.

A autoetnografia performática não é somente uma técnica de pesquisa e não tem “receita” pré-estabelecida, sendo em muitas situações um conceito que significa diferentes ideias para diferentes grupos e que evita definições simplistas¹. Entretanto, uma constante aceita por acadêmicas(os) de Estudos da Performance e Autoetnografia é o conceito do corpo como o local onde o conhecimento é construído^{1,4,7,11,47}. Nós nos recusamos a aniquilar a “carne” do estudo sobre o que é ser humano. Seres humanos experimentam a vida neste planeta através de seus corpos. Corpos são físicos, psicológicos, sociais, culturais, espirituais e políticos, todos de uma vez e sempre, como nos expõem Raimondi et al.²⁷, quando discutem as marcas no corpo gay de um professor universitário do campo da Saúde Coletiva, ou como no texto de Brillhante & Moreira⁴⁸, em que problematizam a produção de conhecimento em suas trajetórias pessoais e profissionais, incluindo a Saúde Coletiva, na qualidade de professores universitários.

Tendo o corpo como uma intersecção intensamente visceral e material, a autoetnografia performática, como afirma Pollock⁴⁷, é a prática acadêmica do dia a dia, de explorar possibilidades decoloniais na escrita, em um lugar colonizado⁴⁹. Dessa forma, as narrativas da autoetnografia performática podem fornecer um nexo necessário para intervir e mover em direção à crítica social mais abrangente, inclusive para desestabilizar e subverter a dicotomia entre mente e corpo, teoria e método, pessoal e político, pesquisador e sujeito, tão comuns na produção de conhecimento acadêmico mais tradicional. Nessa medida, a autoetnografia performática, então, convida para um pluralismo epistemológico e político que desafia as formas de conhecimento mais institucionalizadas e tradicionais^{1,4,7,13,15,47}.

Por isso, a autoetnografia performática dialoga, também, com a consciência mestiza, proposta por Anzaldúa^{24,50}. “O trabalho da consciência mestiza é o de desmontar a dualidade sujeito-objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida”⁵⁰ (p. 707).

Sendo que, para Spry⁵ (p. 708), “a autoetnografia performática me incentivou a olhar dialogicamente para mim mesma como outro, gerando uma agência crítica nas histórias da minha vida...”.

Por isso, a “autoetnografia performática revela a história escondida dos sistemas hegemônicos”⁵¹ (p. 604).

Denzin² sugere que toda autoetnografia performática busca desestabilizar, criticar e desafiar os significados tomados como certos; convidar para o diálogo ético e moral; engendrar resistência e oferecer pensamentos “utópicos” sobre como as coisas podem ser feitas de maneira diferente;

demonstrar que se importa com as iniquidades e injustiças sociais; explicitar em vez de dizer; exibir adequação representacional e autenticidade; apresentar pontos de vista políticos, funcionais, coletivos e comprometidos.

Além disso, na autoetnografia performática de tradição denziana ¹, há quatro questões que sintetizam os aspectos anteriores e que devem ser explicitadas em uma autoetnografia performática, quais sejam:

- (a) quais dimensões da ordem e do poder estão em jogo?;
- (b) quem está fazendo a narração?;
- (c) de quem é a história que está sendo contada?; e
- (d) quem tem autoridade para legitimar a narrativa?

Buscando compreender as dimensões da ordem e do poder, a autoetnografia performática concebe que o poder, como a cultura, é sempre local, contextual e performativo, ligando ideologias, representações, identidades, significados, textos e contextos. Dessa maneira, afirma Denzin ², a constante dessa equação é o corpo do(a) pesquisador(a) como único espaço concreto em que a autoetnografia performática existe no momento em que é criada ou performada. Isso produz uma significação especial para a pedagogia como ação de participação política e exercício de poder, na qual o ato de fazer é um ato de resistência, uma maneira de conectar o biográfico, o pedagógico, o político e o histórico ³³. A autoetnografia performática, por isso, não separa o poder, a política e a identidade, mas coloca em análise a ordem e o poder, instituído ou instituinte. É por meio de performances culturais nas esferas públicas que as “...identidades são forjadas e percebidas, que a agência é negociada, que os direitos de cidadania são promulgados, e que as ideologias que formam os conceitos de nação, cultura, civismo, raça, classe, gênero e orientação sexual são confrontados” ² (p. 231).

Nessa lógica de investigação, a história que está sendo contada, portanto, não é a do(a) outro(a) observado(a), perscrutado(a) e analisado(a), nem tampouco do *self* do(a) pesquisador(a), como uma reflexão psicanalítica, mas a história que é dispersada nos sentimentos, pensamentos e ações no corpo do(a) autoetnógrafo(a), a partir do encontro com aquele(a) que se apresenta na relação. Trata-se do desaparecimento do(a) outro(a) e do eu como localizações espaço-temporal fixas, para o reconhecimento do fluxo performático do outro(a)-e-eu e eu-como-o(a)-outro(a) ^{1,2,33}.

Para compreender quem tem a legitimidade em uma autoetnografia performática, faz-se necessário recorrer à concepção teórica e da práxis de Conquergood ⁷, que estruturou um modelo de performance construído a partir dos conjuntos de “i” (imaginação, inquérito e intervenção), de “a” (arte, análise e ativismo) e de “c” (criatividade, crítica, cidadania). Além disso, esse autor definiu a permeabilidade entre a performance e a performatividade, as quais existem em tensão uma com a outra, isto é, entre “*estar fazendo, ou performando, e o feito, o texto, a performance*” ² (p. 10). Nessa medida, a autoetnografia performática, então, convida para um pluralismo epistemológico e político, os quais legitimam a sua narrativa à medida que desafiam as formas de conhecimento mais institucionalizadas e tradicionais ^{1,15,26}.

Sendo assim, a autoetnografia performática não se ocupa prioritariamente do porquê, que implica encontrar uma relação causal, mas sim do como, formulando interrogações: Como as coisas aconteceram e acontecem? Como as circunstâncias históricas e políticas vieram à tona dessa forma, articulando e mantendo as condições opressoras? Assim, a autoetnografia performática cria narrativas interpretadoras, por pesquisadoras(es) e pesquisadas(os), que desafiam o *status quo*, tanto no concreto da vida cotidiana, quanto no abstrato da produção do conhecimento ^{1,4,15,25,33}. Com isso, a investigação conduzida com base na performatividade tem a ação que, incessantemente, interroga e antagoniza os discursos oficiais ²², problematizando as vozes subalternizadas ²⁸ e a necessidade de justiça social ¹¹.

Desse modo, Alexander ³³ propõe que as pesquisas performáticas, como a autoetnografia performática, podem ser avaliadas a partir das dimensões de conteúdo, forma e impacto. Para cada uma dessas dimensões, há algumas subdimensões e/ou caracterizações. Em relação ao conteúdo, avaliam-se sua intencionalidade (como o texto-performance contribui com o entendimento da vida social e como a argumentação é articulada e informa a construção do texto), reflexividade (como o texto-performance incorporou a subjetividade e reflexividade na articulação com o outro, com a cultura) e expressão de uma dada realidade no/do texto (como o texto-performance incorporou uma experiência vívida corporificada) ³³. Já em relação à forma, avalia-se o aspecto estético, no sentido de compreender se houve uso de uma prática de análise-interpretação criativa e artística, simulando

uma resposta visceral da experiência. No impacto no(a) performer e na audiência, avaliam-se o engajamento (emocional, intelectual, cultural e político), informação (“*quais novas questões são geradas na e através da performance?*”), inflamação (“*a performance move o performer e a audiência a tentar pensar novas formas de ver o mundo, culturas particulares, práticas de pesquisa particulares e formas de conhecer o mundo?*”) e incitação (“*a performance move o performer e a audiência para uma ação particular, estendendo-se para fora das fronteiras da experiência performativa imediata?*”) ³³ (p. 430).

Com os estudos da autoetnografia performática, apreendemos a importância das conexões entre o

“conhecimento prático (saber como),

o conhecimento proposicional (saber disso)

o conhecimento político (saber quem, quando e onde)” ¹⁶ (p. 153).

Para promover,

um engajamento epistemológico

entre “criatividade,

crítica e

engajamento social” ¹⁶ (p. 153).

A partir de questões pessoais

para problemas públicos ⁵²,

De estranhar o familiar,

de habitar o não lugar ²⁵,

de cruzar fronteiras e estar entre fronteiras ²⁴

de viver na/em diáspora(s) ²²,

Poderia ampliar possibilidades,

pois onde há possibilidades,

há chance de mudanças!

Promovendo um pluralismo epistemológico ¹,

reiterando a autorreflexividade crítica

na vida cotidiana

enquanto

homo-performans ⁷,

poderia balancear

o peso e o prestígio dados

ao texto na academia ⁷.

Promovendo a justiça social,

os Direitos Humanos,

o cuidado integral em saúde

e políticas públicas socialmente referendadas,

como reiterado pela Saúde Coletiva ^{17,18}.

Considerações (finais?)

“O mundo muda a partir da forma que as pessoas o veem e, se você alterar pelo menos um milímetro da forma que as pessoas veem a realidade, então você pode mudar o mundo” ⁵³ (p. 3).

As narrativas da autoetnografia performática são construídas por agentes com corpos vivos, expondo as quebras e rachaduras da existência, honrando histórias e histórias de sofrimento e perda daqueles que, mais frequentemente, habitam a posição de “objetos” da pesquisa.

O texto autoetnográfico performático muitas vezes tenciona até mesmo as normas ortográficas e sintáticas, e desafia o formato de escrita acadêmico, sobretudo por se propor a construir um conhecimento visceral, que também valoriza e (re)constrói teoria e prática. Ao mesmo tempo, expõe e problematiza nossas ambiguidades, incoerências e contradições no fazer pesquisa que almeja promover a justiça social. Com a autoetnografia performática na Saúde Coletiva, podemos compreender a cultura que nos forma e que nós formamos, para pensarmos, assim, estratégias de decolonização e pluralismo no/do fazer científico.

Como o campo da Saúde Coletiva também não escapou das crises de representação, legitimação e práxis da pesquisa qualitativa, a teoria-método da autoetnografia pode contribuir extensamente para o debate sobre as performatividades e performances do(a) pesquisador(a) neste campo. Ao partir do pessoal para o político e cultural, a autoetnografia performática promove uma democratização da construção de saberes e práticas que possibilita à Saúde Coletiva a proposição de pesquisas que considerem várias possibilidades existenciais, permitindo uma ampliação de ações de justiça social.

Em nenhum momento quer-se afirmar que esse é o único ou o melhor modelo de se escrever uma pesquisa qualitativa contra ideologias dominadoras. No entanto, pretende-se afirmar que a autoetnografia performática é uma inovação do campo das Ciências Sociais e Humanas para problematizar as colonialidades. Dessa forma, reitera-se a potencialidade dessa metodologia e práxis para a criação de programas de pesquisa no campo da Saúde Coletiva que propiciem a transformação do próprio olhar acadêmico e das representações naturalizadas e estereotipadas sobre o *self* do pesquisador(a) e do(a) outro(a).

Colaboradores

Todos os autores participaram da concepção, redação e revisão final do artigo.

Informações adicionais

ORCID: Gustavo Antonio Raimondi (0000-0003-1361-9710); Claudio Moreira (0000-0003-3048-5726); Aline Veras Brilhante (0000-0002-3925-4898); Nelson Filice de Barros (0000-0002-5404-1516).

Agradecimentos

Agradecemos ao Prof. Danilo Borges Paulino que, por meio de suas generosas reflexões e debates, nos permitiu aprimorar este texto. Agradecemos ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), Edital nº 47, processo nº 88881.188456/2018-01, que viabilizou o estágio no exterior de G. A. Raimondi.

Referências

1. Denzin NK. Performance autoethnography. New York: Routledge; 2018.
2. Denzin NK. Performance ethnography: critical pedagogy and the politics of culture. Thousand Oaks: SAGE; 2003.
3. Lionnet F. Autobiographical voices: race, gender, self-portraiture. New York: Cornell University Press; 1991.
4. Holman Jones S. Autoethnography: making the personal political. In: Denzin NK, Lincoln Y, editors. The SAGE handbook of qualitative research. Thousand Oaks: SAGE; 2005. p. 763-91.
5. Spry T. Performing autoethnography: an embodied methodological praxis. Qual Inq 2001; 7:706-32.
6. Madison DS, Hamera J. The SAGE handbook of performance studies. Thousand Oaks: SAGE; 2006.
7. Conquergood D. Beyond the text: toward a performative cultural politics. In: Dailey SJ, editor. The future of performance studies: visions and revisions. Washington DC: National Communication Association; 1998. p. 25-36.
8. Goffman E. The presentation of self in everyday life. Garden City: Doubleday; 1959.
9. Turner V, Tumer E. Performing ethnography. The Drama Review 1982; 26:33-50.
10. Schechner R. Performance theory. New York: Routledge; 1988.
11. Diversi M, Moreira C. Between autoethnographies – a path towards social justice. 2nd Ed. New York: Routledge; 2018.
12. Guba EG, Lincoln YS. Competing paradigms in qualitative research. In: Denzin NK, Lincoln YS, editors. Handbook of qualitative research. Thousand Oaks: SAGE; 1994. p. 105-17.
13. Denzin NK, Lincoln YS. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: Denzin NK, Lincoln Y, editors. The SAGE handbook of qualitative research. 3rd Ed. Thousand Oaks: SAGE; 2005. p. 1-32.

14. Akotirene C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen; 2018.
15. Raimondi GA, Moreira C, de Barros NF. This text is (not) a scientific paper. *Qual Inq* 2020; 26:931-40.
16. Conquergood D. Performance studies: interventions and radical research. *TDR* 2002; 46:145-56.
17. Nunes ED. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. *Saúde Soc* 1994; 3:5-21.
18. Minayo MCS. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ciênc Saúde Colet* 2001; 6:7-19.
19. Bosi MLM. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. *Ciênc Saúde Colet* 2012; 17:575-86.
20. Ianni AMZ, Spadacio C, Barboza R, Alves OSF, Viana SDL, Rocha AT. As Ciências Sociais e Humanas em Saúde na ABRASCO: a construção de um pensamento social em saúde. *Cad Saúde Pública* 2014; 30:2298-308.
21. Charlton JI. Nothing about us without us: disability oppression and empowerment. Berkeley: University of California Press; 2000.
22. Hall S, Restrepo E, Walsh C, Vich VM. Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Quito: Corporación Editora Nacional; Universidad Andina Simón Bolívar/Bogotá: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar, Pontificia Universidad Javeriana/Lima: Instituto de Estudios Peruanos; 2013.
23. Pereira PPG. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea* 2015; 5:411-37.
24. Anzaldúa G. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. 4th Ed. San Francisco: Aunt Lute Books; 2012.
25. Minh-Ha TT. *Woman, native, other: writing postcoloniality and feminism*. Bloomington: Indiana University Press; 2009.
26. Smith LT. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books; 1999.
27. Raimondi GA, Teixeira FD, Moreira C, Barros NF. Corpos (não) controlados: efeitos dos discursos sobre sexualidades em uma escola médica brasileira. *Rev Bras Educ Méd* 2019; 43:16-26.
28. Spivak GC. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG; 2014.
29. Evaristo C. *Becos de memória*. Belo Horizonte: Mazza; 2006.
30. Hooks B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante; 2019.
31. Clifford J, Marcus GE. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. 25th Ed. Berkeley: University of California Press; 2010.
32. Ellis C, Adams TE, Bochner AP. Autoethnography: an overview. *Historical Social Research* 2011; 36:273-90.
33. Alexander BK. Performance ethnography: the reenacting and inciting of culture. In: Denzin NK, Lincoln Y, editors. *The SAGE handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: SAGE; 2005. p. 411-42.
34. Motta PMR, Barros NF. Handbook of autoethnography [RESENHA]. *Cad Saúde Pública* 2015; 31:1339-40.
35. Madison DS. Performance, personal narratives, and the politics of possibility. In: Denzin NK, Lincoln YS, editors. *Turning points in qualitative research: tying knots in a handkerchief*. Walnut Creek: AltaMira Press; 2003. p. 469-86.
36. Benjamin W. *Illuminations*. New York: Harcourt; 1968.
37. Ribeiro D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; 2017.
38. Bossle F, Molina Neto V. No “olho do furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2009; 31:131-46.
39. Favret-Saada J. Being affected. *HAU* 2012; 2:435-45.
40. Diversi M, Moreira C. Autoethnography manifesto. *Int Rev Qual Res* 2017; 10:39-43.
41. Holman Jones S. Living bodies of thought: the “critical” in critical autoethnography. *Qual Inq* 2016; 22:228-37.
42. Foucault M. *Power/knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977*. Brighton: Harvester Press; 1980.
43. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 64ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2017.
44. Conquergood D. Performing as a moral act: ethical dimensions of the ethnography of performance. *Literature in Performance* 1985; 5:1-13.
45. Pollock D. The performative “I”. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies* 2007; 7:239-55.
46. Freire P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 21ª Ed. São Paulo: Paz e Terra; 2014.
47. Pollock D. A response to Dwight Conquergood’s essay “Beyond the text: towards a performative cultural politics”. In: Dailey SJ, editor. *The future of performance studies: visions and revisions*. Annandale: National Communication Association; 1998. p. 37-46.
48. Brilhante AV, Moreira C. Formas, fôrmas e fragmentos: uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. *Interface (Botucatu)* 2016; 20:1099-113.
49. Moreira C. I hate chicken breast: a tale of resisting stories and disembodied knowledge construction. *Internacional Journal of Qualitative Studies in Education* 2012; 25:151-67.
50. Anzaldúa G. La conciencia de la mestiza/rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas* 2005; 13:704-19.
51. Spry T. Bodies of/as evidence in autoethnography. *Int Rev Qual Res* 2009; 1:603-10.
52. Mills CW. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press; 1959.
53. Baldwin J. Interview by Mel Atkins. *New York Times Book Review* 1979; 23 set.

Abstract

Performance autoethnography is qualitative research methodology that aims to problematize resistances between the “self” (auto-) and the collective (ethno-) in the act of writing (-graphy). The article thus aims to discuss the theoretical and practical construction of performance autoethnography and its applicability as a qualitative research and analytical method in the field of Collective Health through a performance autoethnography writing. By problematizing the epistemic and ontological basis of performance autoethnography, pointing to possibilities for its development and inclusion in studies in the field of Collective Health, the article presents performance autoethnography as a strategy to expand the possibilities for social justice, democratization, and pluralisms in and from research practices. Performance autoethnography, oriented by the episteme “postcolonial”, explores decolonializing approaches that provoke and create conditions for the transformation of the academic view itself and the knowledge that prioritizes certain representations of “the other” and thus mainly problematizes how subaltern and marginalized histories relate to what are considered hegemonic systems.

Qualitative Research; Culture; Ethnography

Resumen

La autoetnografía performativa es una metodología de investigación cualitativa que busca problematizar las resistencias entre el “yo” (auto) y el colectivo (etno) en el acto de escribir (grafía). Así, el objetivo de este artículo es discutir la construcción teórico-práctica de la autoetnografía performativa y su aplicabilidad como método de investigación y análisis cualitativo en el campo de la Salud Colectiva por medio, inclusive, de una redacción autoetnográfica performativa. A partir de la problematización de las bases epistémicas y ontológicas de la autoetnografía performativa, apuntando posibilidades para su desarrollo e inclusión en los estudios del campo de la Salud Colectiva, se presenta la autoetnografía performativa como una estrategia para ampliar las posibilidades de justicia social, de democratización y de pluralismos en las/de las prácticas de investigación. Una vez que, orientada por la episteme poscolonial, explora abordajes descolonizadores que provocan y crean condiciones para la transformación de la propia visión académica y del conocimiento que privilegia ciertas representaciones del “otro”, la autoetnografía performativa problematiza, principalmente, cómo las historias subalternas y marginadas se relacionan con los sistemas considerados hegemónicos.

Investigación Cualitativa; Cultura; Etnografía

Recebido em 23/Abr/2020

Versão final reapresentada em 21/Ago/2020

Aprovado em 01/Out/2020